

Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe¹

Artigo submetido em 24/07/2010 e aprovado em 18/10/2010

Resumo

As rádios locais representam um importante marco na história dos média em Portugal. No entanto, o sector tem enfrentado frequentes desafios praticamente desde o aparecimento da primeira rádio pirata portuguesa. O presente artigo tem por finalidade analisar o percurso das rádios locais em Portugal, desde o período em que operavam ilegalmente até ao desafio de modernização tecnológica e migração para plataformas digitais e de multimédia que é actualmente colocado ao sector. O artigo começa por traçar o percurso das rádios locais portuguesas na luta pela legalização, passando depois a uma caracterização dos principais constrangimentos verificados após a liberalização e termina com uma abordagem ao modo como o sector enfrenta a sua presença na Internet.

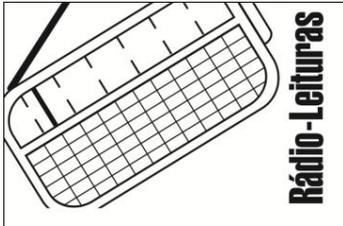
Palavras-Chave: Rádios locais; multimédia; Portugal

Introdução

O fenómeno das rádios livres que varreu a Europa a partir da década de 60, e que se intensificou nos anos 70, representa um importante marco na história dos meios de comunicação social europeus e Portugal não é excepção.

Felix Guattari (1981, p. 232) considera que as rádios livres representaram o renascimento de um novo espaço de liberdade ao permitirem a apropriação colectiva dos meios de comunicação social.

¹ Professor de Jornalismo na Escola Superior de Educação de Portalegre, Portugal. Doutorado em Ciências da Comunicação – especialização em Jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa. Autor de papers sobre o jornalismo e jornalismo radiofónico. Email: luis.bonixe@gmail.com



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

No caso português, o surgimento em todo o país de centenas de rádios locais a partir do final da década de 70 ajudou a mudar de forma profunda o sistema mediático em Portugal e foi o primeiro sinal de liberalização dos média portugueses depois do fim da ditadura, em 1974.

No entanto, as rádios locais portuguesas têm sido postas à prova praticamente desde a sua primeira aparição. Primeiro, lutando em prol da legalização, num processo que decorreu de forma conturbada e que só terminou onze anos depois do aparecimento da primeira rádio local. Um segundo desafio começou a emergir logo após a desejada liberalização do sector. Na verdade, este objectivo acabou por trazer à superfície diversos problemas para os quais o sector demonstrou não estar verdadeiramente preparado para enfrentar. Desde rádios locais que fecharam, outras que abdicaram da sua vertente de informação de proximidade até à cedência de alvarás, os primeiros anos depois da legalização trouxeram um pouco de tudo. Um terceiro desafio é agora colocado às rádios locais portuguesas: afirmar a sua presença, potenciando-a num contexto multimediático dos média em geral e da rádio em particular.

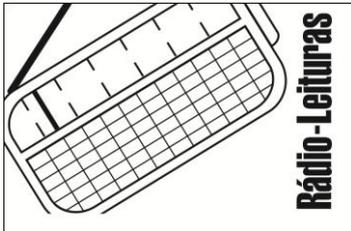
O presente artigo pretende contribuir para a reflexão sobre este sector específico da radiodifusão portuguesa, olhando para o passado, caracterizando o presente e perspectivando o futuro das rádios locais portuguesas.

As Rádios Livres Na Europa

O aparecimento das rádios livres na Europa acontece num contexto social, político e cultural com algumas características.

O controlo do sector da rádio por parte do Estado é uma dessas características, visível em países como a França, Itália ou Espanha. Os governos da época não se mostravam interessados em liberalizar o sector com receio de perda do controlo da informação e por isso o quadro legal não previa a criação de rádios locais, ou livres como ficaram conhecidas nalguns países europeus.

Num tal contexto, surgiram várias rádios piratas pois emitiam sem licença conduzindo a um número assinalável de casos de encerramentos forçados levados a cabo pela polícia. Estas barreiras de ordem legal não foram, contudo, suficientes para impedir que o fenómeno se alastrasse por toda a Europa.



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

A partir da década de 60 apareceram em vários países europeus diversas pequenas rádios com os mais variados objectivos.

Inspirado no caso francês, onde também apareceram várias emissoras locais, François Cazenave (1980, p. 82) sugere uma tipologia das rádios livres baseada nos conteúdos divulgados e que ilustra a dispersão de propósitos com que as rádios eram criadas.

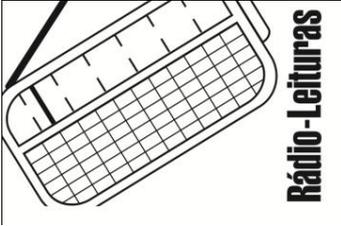
O autor chamou de “Rádios passa-palavra de lutas sociais” às emissoras que estavam ligadas a grupos de indivíduos com determinados interesses, desde a luta pela afirmação social dos homossexuais, dos emigrantes ou dos ecologistas. Tratavam-se de emissoras que nasceram por ocasião de uma luta social e que estavam agregadas a grupos sociais organizados.

Cazenave identificou ainda as “Rádios passa-palavra de lutas políticas” que apareceram em determinados momentos com o objectivo de divulgar ideais ou promover acções de contestação. É o caso da Rádio Sorbonne, criada por estudantes universitários em Maio de 1968 e que serviu para difundir a voz contestatária dos alunos. Em França, surgiram ainda rádios eleitorais, que apareceram em 1979 aquando das eleições para o Parlamento Europeu. Algumas destas emissoras serviram para que os pequenos partidos se pudessem expressar. O autor identificou, por fim, outro tipo de emissoras que se desviavam dos objectivos ideológicos. A estas Cazenave chamou de “Rádios pela rádio. E por prazer”.

As rádios livres inscrevem-se, pelo menos na sua génese, numa lógica de um discurso alternativo àquele que era veiculado pelas rádios oficiais, quer se trate, ou não, de uma abordagem política ou social, como escreveu Emili Prado.

Entendemos como objectivo prioritário da rádio livre a de dar a palavra às pessoas, ou seja, a todas aquelas pessoas que nunca têm a oportunidade de se expressar através de um meio para se comunicarem, no seu verdadeiro sentido, com os demais (PRADO, 1981, p. 45)

O carácter eminentemente popular de que se revestiu grande parte das rádios piratas europeias e que se caracterizou pelo aumento das possibilidades de acesso da população ao discurso mediático é outro marco que deve ser assinalado e que levou Umberto Eco a classificar o aparecimento das rádios livres na Europa como a emergência de uma nova era da liberdade de expressão (ECO, 1981, p. 213).



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

O Caso Português

As primeiras rádios locais em Portugal surgem no final dos anos 70 num cenário com algumas especificidades.

Em primeiro lugar, o país tinha saído de um período de quase cinco décadas de ditadura, durante o qual o sector da comunicação social não conheceu grande evolução. A actividade de radiodifusão estava limitada à rádio do Estado, a Emissora Nacional, à Rádio Renascença, propriedade da Igreja Católica e à privada Rádio Clube Português. Existiam ainda as emissoras de cobertura local: Rádio Clube do Centro e a Rádio Altitude (SEREJO, 2001, p. 80).

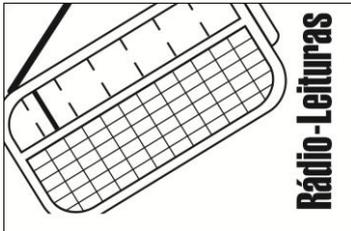
Após a queda do regime em 1974, tem início um processo de nacionalização da radiodifusão portuguesa, do qual ficaram de fora a Rádio Renascença ao abrigo do acordo entre a Igreja Católica e o Estado português, e duas pequenas emissoras: a Rádio Altitude e a Rádio Clube do Centro, devido à sua “quase nula representatividade no espectro radiofónico nacional” (SEREJO, 2001, p. 81).

Mas, apesar destas alterações, o sector da radiodifusão local manteve-se inalterado durante vários anos, motivando o aparecimento de um conjunto de pequenas emissoras um pouco por todo o país que emitiam sem enquadramento legal e por isso ficaram conhecidas como rádios-piratas e cujo período em Portugal situamos entre 1977, quando surgiu a primeira emissora (MAIA, 1995; AZEVEDO, 2001) e 1988, o ano da aprovação da lei 87/88 de 30 de Julho que legaliza a radiodifusão local portuguesa.

Estas pequenas emissoras nasceram num contexto pós-revolucionário impulsionadas pela liberdade de expressão entretanto conquistada no país, e tinham como objectivo a criação de um palco para o discurso alternativo, em especial de carácter localista.

Em Portugal, não existia, na altura, um cenário de monopólio no sector da rádio mas, apesar disso, o discurso das emissoras nacionais estava muito centralizado em Lisboa.

O sentimento das populações locais era o de que os seus assuntos raramente constituíam prioridade para as emissoras nacionais. Por isso, o fenómeno das rádios locais está intimamente ligado ao desejo das comunidades de aceder ao espaço público mediatizado que, de alguma forma, lhes era negado naquela época.



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Há também que levar em linha de conta os ecos que chegavam a Portugal, vindos da Europa, onde o fenómeno das rádios livres adquirira uma força com algum significado. Essa influência exterior teve repercussões na situação portuguesa.

Apesar do fenómeno em Portugal não ter tido o carácter de apoio a causas sociais ou a ideologias políticas, semelhante ao verificado noutros países europeus, não significa que na base do aparecimento de algumas destas emissoras locais não tenha estado o poder político, particularmente autarcas, que viram nestas rádios piratas uma forma de tornar pública a sua actividade.

Não foi certamente fruto do acaso que o fenómeno recolheu forte apoio junto dos autarcas portugueses que participaram com frequência, por exemplo nos Encontros de Abrantes, uma iniciativa realizada nos anos 80 e destinada a debater o futuro da radiodifusão local em Portugal.

Outro factor que caracteriza o fenómeno das rádios piratas em Portugal é a juventude dos seus impulsionadores. Muitos dos que faziam a rádio naquela época não possuíam experiência profissional e muito menos no campo da comunicação social.

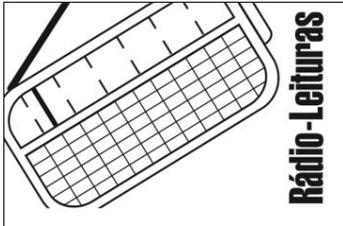
O amadorismo foi, aliás, a imagem de marca de um número considerável de projectos. A simples curiosidade ou o desejo de tornar pública uma voz alternativa ao discurso produzido pelos média nacionais, a par de alguns conhecimentos ao nível técnico (necessários para a montagem do emissor) eram factores, por si só, suficientes para criar uma estação de rádio local (BONIXE, 2003).

Não quer dizer que no período das rádios piratas não tenham aparecido projectos com alguma solidez, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível financeiro.

O caso mais emblemático é o da TSF, uma emissora pirata que acabaria por se tornar na principal rádio de informação em Portugal (MENESES, 2003).

Mas a grande maioria das estações locais, particularmente as que surgiram até 1984, caracterizavam-se sobretudo pela escassez de meios técnicos, humanos e financeiros, sobrevivendo, nalguns casos, de pequenas dádivas dos seus fundadores ou, numa fase mais avançada, de parcas receitas publicitárias.

A Luta Pela Legalização



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

Identificamos dois períodos na história das rádios piratas portuguesas. O primeiro entre 1977 e 1984, altura em que o fenómeno se caracterizou pelo aparecimento de pequenas emissoras em vãos de escada, impulsionadas pela carolice e amadorismo dos seus criadores.

Mais do que criar bases sólidas para uma rádio, pretendiam despertar a opinião pública para um movimento que, salvo raras excepções, nunca se revestiu de organização e estrutura adequadas.

Situamos o segundo momento entre 1985 e 1988, numa fase em que surgiram vários projectos com alguma dimensão e que visavam, já não apenas a afirmação de uma ideia, mas a legalização da radiodifusão local em Portugal.

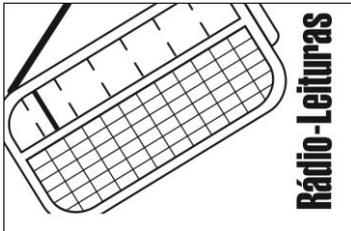
Em relação ao primeiro período aqui considerado (1977-1984) torna-se difícil estabelecer com precisão o número de rádios que então terão aparecido, uma vez que se tratavam de emissoras pequenas, que emitiam ilegalmente algumas horas por dia e, em muitos casos, um ou dois dias por semana. Muitas destas emissoras tiveram vida demasiado curta. Não havia, como é natural, um organismo onde fossem registadas, uma vez que emitiam sem licença.

Depois de 1985, e até à legalização, apareceram os projectos mais sólidos. Para isso, muito contribuiu o facto de muitas emissoras terem sido criadas por iniciativa de profissionais dissidentes das rádios nacionais.

O grande *boom* das rádios locais em Portugal surge em 1986 quando, segundo a imprensa da altura, apareceram 71 novas emissoras em todo o país.

Nesta altura, começaram a aparecer alguns projectos com maior solidez. É o caso da Rádio Cidade, uma emissora local da Amadora, que tinha a particularidade dos seus locutores falarem português com sotaque do Brasil e de se dirigir ao público mais jovem, apresentando na sua programação os *hits* musicais do momento. Tratou-se de um dos maiores sucessos de audiências no período anterior à legalização e que teve continuidade nos anos seguintes.

Outro exemplo é o Correio da Manhã Rádio que começou a emitir em 1987. Tratou-se de um projecto iniciado no seio de uma empresa com tradições na comunicação social, pois já possuía o jornal com o mesmo nome. Talvez por essa razão os seus responsáveis tenham começado a emitir 24 horas por dia, uma realidade que poucas rádios na altura conseguiam acompanhar.



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

A TSF foi um dos projectos mais sólidos surgidos durante o período das rádios piratas portuguesas. Os primeiros passos foram dados em 1981 com a criação da TSF – Cooperativa de Profissionais de Rádio constituída por jornalistas como Adelino Gomes, António Jorge Branco ou David Borges. Em 1984, a TSF fez a sua primeira emissão pirata durante quatro horas (MENESES, 2003, p. 22). As emissões regulares da TSF só tiveram início no dia 29 de Fevereiro de 1988.

Finalmente A Legalização

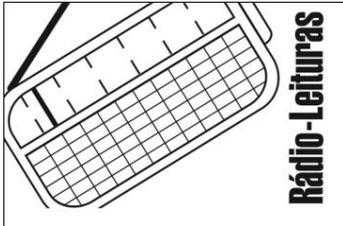
As rádios locais portuguesas acabariam por ser legalizadas com a aprovação e entrada em vigor da lei 87/88 de 30 de Julho. A lei aprovada representa uma espécie de súpula das iniciativas legislativas que a antecederam. Assim, com esta lei o exercício de radiodifusão é atribuído a empresas públicas, privadas e cooperativas, estabelecendo para estas duas últimas um conjunto de objectivos nomeadamente para aquelas cuja emissão fosse de cobertura local ou regional.

De acordo com a lei, os fins da actividade privada e cooperativa passam por alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local, preservar os valores das respectivas culturas, difundir informações de interesse para a área geográfica de cobertura e incentivar as relações de solidariedade entre as populações locais. Constituía também fins específicos da radiodifusão a promoção de programas educativos e formativos.

Aprovada a lei, o concurso público para a atribuição das frequências foi finalmente lançado em Janeiro de 1989. A potência das frequências a atribuir (consideradas muito fracas) as acusações de governamentalização da Comissão Consultiva – que iria avaliar as candidaturas – e, especialmente, a obrigatoriedade das emissoras suspenderem as emissões durante o período de avaliação das candidaturas, causaram nova agitação no sector.

O governo da altura pretendia que as rádios que funcionavam na ilegalidade encerrassem as emissões no dia 24 de Dezembro de 1988 acreditando que desta forma as emissoras não pressionariam o processo de decisão.

A medida acabou por ser cumprida, não sem antes que as rádios protestassem contra ela, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio. Tratou-se de uma emissão em cadeia, na qual participaram duas centenas de rádios em protesto contra o período do silenciamento e



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

que teve lugar no dia 17 de Novembro de 1988 a partir dos estúdios da TSF, em Lisboa. Entre as 7 e as 20 horas tentou-se recriar o ambiente de debate parlamentar convidando para a antena deputados da Assembleia da República Portuguesa.

O processo de legalização continuou e foram postas a concurso 402 frequências, um número muito inferior ao que se estimava ser a quantidade de emissoras piratas a emitir em todo o país. Os primeiros alvarás acabariam por ser atribuídos em 1989.

Da Euforia À Realidade

Ultrapassado o período da euforia que varreu o país de norte a sul e que acabou com a desejada legalização das emissoras locais, teve início um processo complicado de gestão desses mesmos projectos.

A distribuição de frequências criou, por si mesma, uma clara divisão entre o litoral e o interior do país que foi agravada nos primeiros três a quatro anos, com o encerramento de algumas rádios locais do interior do país.

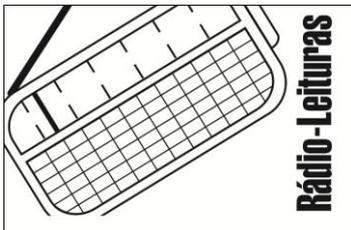
Este facto criou um cenário perverso, uma vez que era precisamente no interior de Portugal (onde as alternativas ao nível da comunicação social eram menores), que se fazia sentir com mais intensidade a necessidade de rádios que estivessem próximas das populações.

Os primeiros cinco anos, (nalguns casos nem foi preciso esperar tanto tempo) puseram a nu as debilidades financeiras e estruturais da maior parte das estações locais de rádio.

De 1990 a 1993 são numerosas as alterações deste sector. Estações que fecham, que se associam a outras, que são vendidas, que alteram radicalmente o seu projecto inicial, enfim, a rádio local está longe de encontrar o seu ponto de estabilidade (MESQUITA, 1994, p. 400).

Num sentido idêntico, Francisco Rui Cádima (1999) entende que a via aberta pelas rádios locais no sentido de se assumirem como um espaço alternativo no contexto dos média faliu.

Os exemplos italiano e francês provam-no à saciedade: a «cacofonia» à italiana faliu, em todos os sentidos do termo. Pelo contrário, são os impérios do audiovisual que continuam a alargar o seu espectro comunicacional (CÁDIMA, 1999, p. 14).



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Três características marcam o cenário pós-legalização. A primeira tem a ver com o facto de as rádios locais, apesar de terem obtido licença para emitir, não o faziam por falta de recursos. Uma situação que ocorreu particularmente no interior do país.

O segundo cenário caracterizou-se pela venda de espaços horários ou mesmo da totalidade da sua programação a confissões religiosas que, em poucos anos, conseguiram deter várias emissoras de norte a sul de Portugal.

Por fim, assistiu-se a um processo de canibalização com a constituição de cadeias de rádios, nas quais as emissoras com maiores recursos, numa tentativa de cobrir todo o território, firmaram protocolos com rádios locais para a retransmissão da sua programação.

As cadeias de rádios constituem uma das principais marcas dos primeiros anos seguintes à legalização das emissoras locais em Portugal.

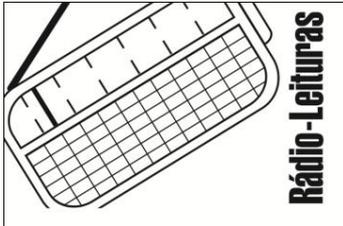
Da Proximidade Às Cadeias

De uma fase em que prevaleceram os princípios ligados à produção de um discurso alternativo, muito ligado às populações locais, passou-se para um período no qual se fizeram notar as debilidades da maior parte dos projectos emergindo a falta de formação e de recursos financeiros e humanos de muitas rádios locais.

Como consequência desta realidade, muitas viram-se na obrigação de vender espaços da sua programação passando a emitir em cadeia, ou seja de cederem a sua antena para a retransmissão da emissão de outras rádios.

Muitas rádios locais passaram a emitir programação de outras estações que nada tinham a ver com a realidade onde estavam inseridas. O cenário então criado foi de descaracterização das rádios locais originando as “rádios fantasmas” (MARINHO, 2000, p. 99) ou seja, tinham efectivamente um emissor, mas não emitiam programação nem informação próprias.

O sector atravessava um cenário de colonização das rádios locais com menos recursos por outras de maior envergadura. As cadeias de rádios sucederam-se por todo o país. “55 por cento das estações locais emitem em simultâneo com outros operadores” (MAIA, 1995, p. 229).



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

Num ápice, o cenário da radiodifusão local em Portugal ficou dividido entre as emissoras locais de Lisboa e Porto que controlavam grande parte das pequenas rádios de província e os outros operadores locais que procuravam manter-se fiéis aos princípios inspiradores do movimento, procurando emitir noticiários e programas de proximidade com as comunidades onde estavam localizadas as rádios.

Novas modificações no plano legislativo vieram contribuir para pôr alguma ordem no sector, em particular naquilo que dizia respeito à constituição de cadeias de rádio e à desvinculação de muitos operadores dos princípios da radiodifusão local, baseados na proximidade com os seus ouvintes.

A Concentração

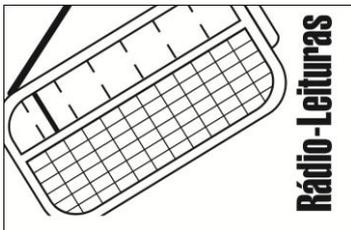
A primeira década do século XXI começa com nova iniciativa legislativa para o sector da rádio em Portugal e com grandes implicações ao nível da radiodifusão local. O cenário de então mostrava várias situações que de certo modo colocavam em causa os princípios basilares das rádios locais, como seja a proximidade com as populações ao nível da informação e da programação.

A emissão em cadeia, a proliferação de rádios sem emissão própria são apenas duas razões para aquilo que poderia já ser designado como uma crise no sector.

A aprovação da lei 4/2001 procurou pôr cobro a algumas destas situações, regulamentando as emissões em cadeia e criando uma nova tipologia para as rádios que poderiam agora ser classificadas como temáticas ou generalistas.

A lei permitia que uma rádio local pudesse ser classificada como temática desde que no mesmo concelho outra fosse generalista. O que sucedeu é que muitas rádios aproveitaram para se transformar em temáticas musicais, abdicando deste modo da sua vertente informativa.

Paralelamente, alguns grupos de média, com destaque para o Grupo Media Capital, interessaram-se pelas frequências locais em particular na Grande Lisboa, adquirindo-as não com o objectivo de chegar às populações através de uma programação de proximidade, mas com a finalidade de chegar ao público das grandes cidades com uma programação meramente musical.



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Esta situação, se por um lado ajudou a dinamizar o sector, pois muitas rádios locais estavam sem condições financeiras para continuarem a emitir, por outro descaracterizou o sector da radiodifusão local, uma vez que nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto muitas rádios locais deixaram de ter uma vocação informativa e de proximidade.

A Entidade Reguladora para a Comunicação no seu relatório referente a 2007 dá conta do dinamismo do sector quanto à alteração de controlo de capital e de mudanças na tipologia dos serviços de programas.

Segundo o documento, em 2007 verificaram-se alterações de controlo do capital social em sete operadores de radiodifusão local. Por outro lado, dois operadores solicitaram a autorização para alteração da tipologia dos respectivos serviços de programas, passando de temáticos para generalistas. No mesmo ano, a actividade mostrou-se muito dinâmica com 13 serviços de programas a alterarem as respectivas designações, sendo que três delas, para além da designação, solicitaram também alteração ao nível dos conteúdos dos serviços de programas (ERC, 2008, p. 279).

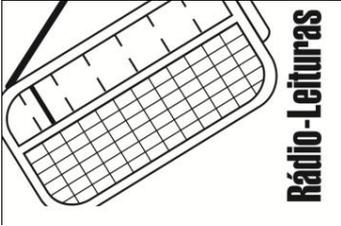
O organismo que regula a comunicação social em Portugal caracteriza assim o cenário da rádio portuguesa no final da primeira década do século XXI:

O sector da rádio pode-se caracterizar estruturalmente pela coabitação, por um lado, de grupos que participam no capital social de três ou mais operadores (incluindo-se aqui as redes de seis frequências de cobertura nacional e as duas regionais) e, por outro, de um atomizado universo de pequenas empresas que prestam o serviço de radiodifusão sonora com cobertura local (ERC, 2008, p. 283).

A Presença Na Internet

A presença das rádios locais portuguesas na Internet está intimamente ligada a um projecto que resultou de uma parceria entre a Associação Portuguesa de Radiodifusão, União Europeia e Estado português. Trata-se do projecto ROLI que tem como principal finalidade criar condições para que o maior número de rádios locais portugueses estejam presentes *online*.

Esse objectivo tem sido concretizado, pois segundo dados disponibilizados pelo próprio projecto referentes a 2008, 195 operadores de rádios locais estavam presentes na Internet beneficiando do ROLI.



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

Estes dados foram sublinhados pela Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) que no seu relatório referente a 2007 refere que mais de 90% dos operadores disponibilizam emissão através da Internet, sendo que 80 por cento o fazem através do sistema ROLI. (ERC, 2008, p. 254). O mesmo estudo da ERC revela que 62% das rádios locais estão presentes na Internet utilizando em simultâneo o sistema ROLI e site próprio.

Dados que conduzem a entidade que regula a comunicação social em Portugal a concluir que “as rádios locais portuguesas têm acompanhado a evolução tecnológica, nomeadamente, integrando a Internet como nova plataforma de difusão das emissões” (ERC, 2009, p. 69).

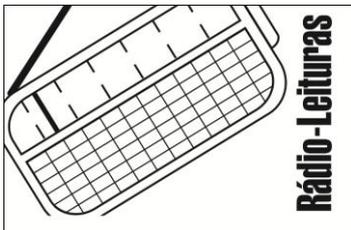
No que diz respeito ao aproveitamento das potencialidades oferecidas pela Internet, as rádios locais portuguesas seguem, na generalidade, o percurso feito pelas emissoras de maior dimensão. Ou seja, a Internet é sobretudo uma plataforma complementar à emissão hertziana, mantendo-se esta última como a principal (Bonixe, 2008).

O relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação faz referência, precisamente, a esse facto. Ou seja, apesar do meio radiofónico local estar hoje presente de forma assídua na Internet, não significa que faça uso das potencialidades que o *online* oferece.

O uso que as rádios locais portuguesas têm feito da Internet inscreve-se num modelo inicialmente adoptado pela generalidade das rádios em Portugal. Significa dizer que as emissoras locais retiram, sobretudo, da sua presença *online*, vantagens ao nível da expansão geográfica da sua emissão, situação que não é, no entanto, de desprezar uma vez que estamos a falar de rádios cujo alcance da emissão é reduzido. Através da Internet, a emissão das rádios locais portuguesas chega a todo o Mundo sublinhando a função social de proximidade, em particular com as comunidades emigrantes.

Já ao nível do aproveitamento das ferramentas da Internet, a capacidade para as potenciar parece ser menor, vindo ao de cima a estrutura organizacional de muitas emissoras locais portuguesas, caracterizada pela escassez de recursos humanos.

Daniela Santos refere que apesar de muitas rádios locais estarem presentes na Internet “o mesmo não acontece com o podcast. Não são muitas as rádios locais que disponibilizam os seus programas neste formato” (SANTOS, 2008, p. 54). No mesmo sentido, o estudo da Entidade Reguladora para a Comunicação revelou que “apenas 13 das 124 rádios locais inquiridas utilizam o podcast” (ERC, 2008, p. 255).



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Falta ainda às rádios locais portuguesas potenciarem a sua presença *online* utilizando as ferramentas de interação, promovendo debates, comentários às notícias e facilitando a participação dos ouvintes no próprio processo noticioso. Neste campo é de sublinhar as iniciativas levadas a cabo pela Rádio Altitude, da Guarda, que criou uma rede social própria e que frequentemente convida os seus ouvintes a participarem na elaboração da grelha de programas da emissora.

Por outro lado, é com interesse que se regista a adesão que as emissoras locais portuguesas demonstram pelas redes sociais, em particular com o Facebook, no qual muitas estão presentes utilizando esta plataforma, sobretudo, como promoção dos seus produtos da emissão tradicional.

Conclusão

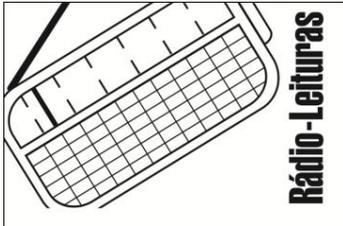
O estudo académico das rádios locais portuguesas é ainda muito reduzido em Portugal. A mesma matéria é objecto de poucos artigos científicos e não se conhecem obras publicadas sobre as rádios locais em Portugal, existindo, no entanto, algumas referências em livros sobre a rádio portuguesa.

As rádios locais portuguesas representam, por isso, um vasto campo de investigação que interessa estudar e aprofundar nas suas mais diversas componentes: social, política, cultural, etc.

O que tentámos fazer no presente artigo foi uma caracterização do percurso das rádios locais portuguesas desde a sua génese até aos desafios que hoje o sector enfrenta num contexto de migração para plataformas digitais e de convergência multimediática.

A radiodifusão local portuguesa em duas décadas de existência contribuiu de forma muito relevante para a dinamização do sector da comunicação social quer ao nível discursivo, legislativo ou empresarial. O seu contributo para a diversificação de vozes e temas no discurso mediático português é inquestionável, apesar das inúmeras dificuldades com que o sector sempre se debateu e continua a debater.

Essas dificuldades situam-se sobretudo a um nível organizacional, empresarial e de formação e que acabam por acarretar consequências nos planos legislativo e discursivo.



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

Com efeito, assim o tentámos caracterizar, as rádios locais portuguesas da primeira década do século XXI são muito diferentes daquelas que apareceram no final dos anos 80. A vinculação às populações locais é hoje menos significativa em muitas emissoras, particularmente as que se localizam nas duas grandes áreas metropolitanas: Lisboa e Porto.

Deve, no entanto, registar-se o interesse e oportunidade com que as emissoras locais em Portugal encararam a sua presença na Internet, demonstrando que pode ser esse o caminho para enfrentar o futuro do sector.

Bibliografia

ALBERT, Pierre; TUDESQ, A. J. **História da Rádio e Televisão**. Lisboa: Editorial Notícias, 1981.

AZEVEDO, Ana Paula, As rádios locais no pós-25 de Abril. **Observatório**, Lisboa nº4,113-122, 2001.

BONIXE, Luís. **As rádios locais em Portugal**: Informação e função social -Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal. Tese (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2003.

_____. As notícias dos sites das rádios portuguesas – contributos para a sua compreensão. **Revista Prisma**, nº7, 2008. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n7_dezembro_de_2008/as_noticias_dos_sites_das_radi.ht ml.

CAZENAVE, François. **Les Radios Libres**. Paris: PUF, 1980.

ECO, Umberto. Una nueva era en la libertad de expresión. In: BASSETS, Lluís (ed.), **De las Ondas Rojas a las Radios Libres**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981. p. 213-230.

ENTIDADE Reguladora para a Comunicação Social. **Relatório de Regulação – 2007**. Lisboa: Colibri, 2008.

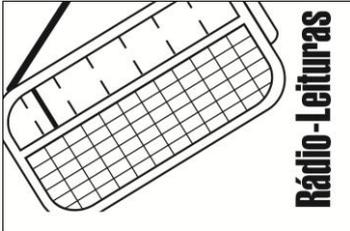
ENTIDADE Reguladora para a Comunicação Social. **Caracterização do sector da radiodifusão local**. Lisboa: ERC, 2009.

GUATTARI, Félix, Las radios libres populares. In: BASSETS, Lluís (ed.), **De las Ondas Rojas a las Radios Libres**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981. p. 231-236.

HENDY, David. **Radio in the Global Age**. Cambridge: Polity Press, 2000.

JEANNENEY, Jean-Nöel. **Uma História da Comunicação Social**. Lisboa: Terramar, 1996.

MAIA, Matos. **A Telefonía**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995.



Ano I, Num 01
Edição Julho – Dezembro 2010
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

MARCOS, Luís Humberto. **Rádios Locais** – A lei e a realidade. Porto: Centro de Formação de Jornalistas do Porto, 1989.

MARINHO, Sandra. Um percurso da rádio em Portugal. In: MANUEL, Pinto (Coord.). **A Comunicação e os Media em Portugal**, Braga: Universidade do Minho, 2000. p. 99-109.

MENESES, João Paulo. **Tudo o que se passa na TSF**. Lisboa: Jornal de Notícias, 2003.

MESQUITA, Mário. Os Meios de Comunicação Social, In REIS, António (Coord.), **20 anos de democracia em Portugal**, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994. p. 360-405.

PRADO, Emili. El Movimiento por la Libertad de Emisión en España. In: BASSETS, Lluís (ed.). **De las Ondas Rojas a las Radios Libres**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981. p. 237-256.

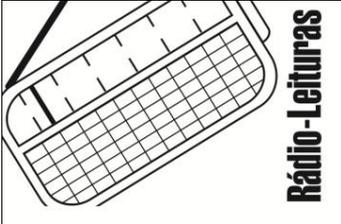
RODRIGO, Miguel & RUIZ-COLLANTES, Xavier. Cronologia. In: BASSETS, Lluís (ed.). **De las Ondas Rojas a las Radios Libres**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981. p. 265-276.

SANTOS, Francisco Sena. O dia de fogo. In: **Tão Perto do Mundo** – 20 Acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio. Lisboa: Prime Book, 2008. p. 18-25.

SANTOS, Rogério. A Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade. **Comunicação e Sociedade**, Braga, nº7, 137-152, 2005.

SEREJO, Fernando. Rádio – do Marcelismo aos nossos dias (1968-1990), **Observatório**, Lisboa, nº 4, 65-95, 2001.

SILVA, Daniela. **Rádios locais: O que mudou desde 1989?**, Tese (Mestrado em Jornalismo), Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2008.



Legalização, Concentração E Multimédia: Os Desafios Das Rádios Locais Portuguesas

Luís Bonixe

Abstract

Local radio represents an important milestone in the history of the media in Portugal. However, the sector has faced frequent challenges almost from the onset of the first pirate radio station in Portugal. This article aims to analyze the path of local radio stations in Portugal, since the period in which they operated illegally until the challenge of technological upgrading and migration to digital platforms and media that is currently placed on the sector. The article begins by outlining the path of the Portuguese radio stations in the struggle for legalization, then moving to a characterization of the main constraints encountered after liberalization and ends with an approach to how the industry faces its Internet presence.

Keywords: Local Radio, Multimedia, Portugal

Resumen

Las radios locales representan un importante marco en la historia de los medios de comunicación en Portugal. Sin embargo, el sector ha enfrentado frecuentes desafíos prácticamente desde la aparición de la primera radio pirata portuguesa. El presente artículo tiene la finalidad de analizar el recorrido de las radios locales en Portugal, desde el período en que operaban ilegalmente hasta el desafío de modernización tecnológica y migración hacia plataformas digitales y multimedia que actualmente se plantea a este sector. El artículo empieza por trazar el recorrido de las radios locales portuguesas en la lucha por la legalización, pasando después a una caracterización de las principales limitaciones verificadas tras la liberalización y termina con un abordaje a la forma en que el sector enfrenta su presencia en Internet.

Palabras Clave: Radios locales; multimedia; Portugal